



O Judiciário

Edição n° 001 / abril 2015



O Tocantins pode fazer uma audiência de custódia mostrando-se como exemplo para toda a nação

Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi
Juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça

Qualificação do juiz e a estabilidade das decisões

Uma das razões para colocar o TJTO como o 2º tribunal do país com o menor número de decisões de 1ª Instância reformadas é a qualificação dos magistrados. Para a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) a qualidade das sentenças de 1º grau é visivelmente melhor do que há quatro anos. A Esmat aponta 57% dos juízes tocantinenses em cursos de mestrado e pós-graduação



Sala de aula da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) que abriga 57% dos juízes do Estado em cursos de pós-graduação e mestrado

Certificação dos atos de cartórios no Tocantins passa a ser feita por selo digital

Fortalecimento do Judiciário pautou reunião de presidentes de Tribunais de Justiça em MG

IN VERBIS

Ronaldo Eurípedes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

A expressão que dá nome a esta coluna é uma das muitas emprestadas do latim para o nosso Direito. In Verbis quer dizer “nestes termos”. Ou seja, o que se vai escrever ou ler é exatamente o que está escrito. Nomeará este espaço no qual registraremos nossos diálogos mensais nesta nova fase do jornal do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), agora com o nome de “O Judiciário”.

Aliás, todas as colunas do jornal são nomeadas por uma expressão jurídica. A ideia, tornar mais conhecidas expressões comumente usadas no dia a dia do jurídico, reflete um dos nortes de nossa gestão no TJTO: levar o universo do Poder Judiciário com toda a cultura e ingredientes que lhe são peculiares para mais próximo da população.

A tonificação do Poder Judiciário encontra consonância com o pensamento que conduz a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), nossa suprema corte, e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o órgão regulador do Judiciário brasileiro.

O ministro Ricardo Lewandowski, que preside ambas as instituições, declarou, no recente 102º Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, que o Judiciário é peça chave para manter a estabilidade das instituições públicas.

É imperioso reconhecer que um dos caminhos é retemperar a 1ª Instância. A Justiça que impacta imediatamente o cidadão que deposita toda a confiança e esperança na solução de seus conflitos é aquela vivenciada no fórum, na sala de audiência.

Substanciar o Poder Judiciário requer também mais diálogo com a sociedade e com os demais poderes. E, obrigatoriamente, transparência de tudo o que é feito no âmbito deste Poder. Isto inclui tornar mais cristalina sua atividade fim: o julgamento dos processos.

Na medida em que se divulga um ato processual e os seus julgamentos, a atividade jurisdicional é levada, senão a um lugar de destaque na vida cotidiana do cidadão, ao menos para um posto mais próximo da sociedade. E essa é uma das novas atribuições da comunicação social no âmbito do Judiciário.

Neste campo, o da comunicação das ações e decisões do Judiciário, entre outros produtos, a sociedade tocaninense ganha este periódico mensal. Sua pauta inclui a opinião do TJTO (coluna “In Verbis”) e de um entrevistado na coluna “Oitiva” (ouvir o que alguém tem a dizer). O veículo noticiará os fatos ocorridos em todas as comarcas e varas na “Súmula”, palavra que, no “juridiquês”, indica um resumo de como a Justiça conduziu casos semelhantes já decididos.

Também trará um perfil de um servidor do Judiciário para registrar sua contribuição ao serviço público. Para nomear este espaço o nome escolhido é “Mérito”. Esta expressão, no universo jurídico, representa a questão fundamental em um processo, se constituindo no principal objeto do processo judicial.

Convidamos você a conhecer o novo Jornal e a nos acompanhar na reescrita das páginas de “O Judiciário”.

OITIVA



Juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi esteve no Tocantins para apresentar ao Judiciário e ao Executivo o projeto “Audiências de Custódia”. O modelo, desenvolvido pelo CNJ, em parceria com o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo, pode ser implantado na Capital.

Há algo determinante para o projeto ser implantado no Tocantins?

Nós estamos levando a proposta do projeto nacional a todos os Estados. Mas temos a perspectiva de que o projeto tenha a flexibilidade para se adaptar à realidade do Tocantins. E o que eu vejo no Estado é uma disponibilidade muito grande do Judiciário para receber as audiências de custódia.

Quais agentes são necessários para que isso aconteça?

Os arranjos interinstitucionais com o Ministério Público, Defensoria Pública e o próprio Governo do Estado devem ser equacionados no âmbito da comissão formada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins para resolver esses problemas. O mais importante é a vontade e perceber a importância da audiência de custódia no reforço da pauta dos direitos e garantias individuais no nosso país.

E a participação do Poder Executivo?

O Poder Executivo é fundamental. Não existe audiência de custódia se não houver uma estrutura fornecida pelo Executivo que possa permitir que os juízes enfrentem o encarceramento com alternativas. Quem subsidia e dá motivos e força pras alternativas é o investimento do Executivo em estruturas como tornezeiras eletrônicas, medidas alternativas à prisão, central de serviços de assistência social. Então é preciso que o governo do Estado tenha consciência também da necessidade de apoiar esse projeto com intensidade e que possa apostar na audiência de custódia com esse algo a mais, fazendo a diferença com relação à realidade carcerária que aí está.

Em quanto tempo o senhor acredita que poderá ser implantado?

Creio na possibilidade de se tornar uma realidade muito antes do que eu imaginava. O que é bastante favorável para o Estado e, principalmente, para os atores que intervêm nesse sistema de justiça criminal.

Como o senhor avalia a recepção do projeto no Tocantins?

Eu cheguei ao Tocantins com boas expectativas em relação à audiência de custódia e estou saindo com essas expectativas superadas.

Realmente há um comprometimento das autoridades públicas, não só do Judiciário como também do Executivo, pelo aperfeiçoamento do nosso sistema de Justiça criminal.

Por ser um projeto voltado às prisões em flagrantes, como o senhor avalia a existência de inquéritos eletrônicos no Judiciário do Tocantins?

É um diferencial. Principalmente porque isso permite ao Estado do Tocantins fazer uma audiência de custódia ao sabor do Tocantins, com essa especificidade, mostrando-se como exemplo para toda a nação.

“Realmente há um comprometimento público pelo aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal”



Reunião com magistrados no Pleno do TJTO

Juízes apresentam demandas na primeira reunião geral do ano no Tribunal de Justiça

Encontro entre magistrados da 1ª Instância e a nova gestão do Judiciário foi marcado também pela posse dos dois novos juízes auxiliares da presidência

A primeira reunião de trabalho entre a Gestão 2015/2017 e os juízes que atuam na 1ª Instância do Judiciário foi marcada pela troca de informações entre magistrados e a administração do TJTO. No ato, ocorrido no dia 9 de março, também foram empossados como juízes auxiliares da presidência do TJTO, os magistrados Esmar Custódio Vêncio Filho e Roniclay Alves de Moraes. A posse contou com a presença do governador Marcelo Miranda, e do presidente da Assembleia Legislativa, Osires Damaso.

O presidente do TJTO destacou a importância da harmonia e a unidade entre os poderes no enfrentamento de crises e na busca por melhorias para o cidadão. “Os poderes constituídos nunca precisaram viver em tamanha harmonia como agora. A sociedade tocaninense nunca precisou tanto desse diálogo”. O governador

Marcelo Miranda também ressaltou essa relação. “Esta casa tem dado provas que a unidade e o companheirismo são importantes nesse momento em que muito necessitamos de diálogo em prol do bem comum”.

Após a posse como juiz auxiliar, o magistrado Esmar Custódio afirmou que um dos motivos que o fizeram aceitar o convite foi conhecer o ser humano valoroso do desembargador Ronaldo Eurípedes e suas diretrizes para a gestão. “É uma honra integrar a equipe e me coloco à disposição, de forma a garantirmos ao cidadão uma prestação jurisdicional de qualidade”.

O juiz Roniclay Moraes também falou sobre o trabalho. “Sei que não é uma tarefa fácil, digo hoje com toda tranquilidade, mas tem sido muito proveitosa. A tônica da atual administração é atender o

magistrado com agilidade e sem burocracia. Enquanto estivermos na presidência estaremos à disposição dos senhores”.

REUNIÃO

Na segunda parte do encontro, que contou com a participação do corregedor geral de Justiça, desembargador Eurípedes Lamounier, e dos juízes auxiliares, o corpo diretivo do TJTO foi apresentado aos magistrados.

Cada diretor teve oportunidade de demonstrar o planejamento de sua área para o biênio 2015/2017 com a participação aberta dos magistrados. A troca de informações entre a gestão e os juízes gerou várias sugestões, levantamento dos problemas existentes e alternativas de soluções para cada comarca.

Presidentes do STF e do TJTO defendem ideias para fortalecer o Judiciário



Presidentes dos TJs reunidos em Belo Horizonte

Na primeira reunião de trabalho do 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que ocorreu em março, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargador Ronaldo Eurípedes, chamou a atenção dos demais presidentes para o momento especial em que vive a Justiça no país. “Temos que nos fortalecer cada dia mais e prestar o serviço jurisdicional que a população espera”, afirmou.

No dia seguinte, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, comungou as ideias do desembargador Ronaldo Eurípedes ao afirmar que “os Tribunais de Justiça são peças chave na manutenção da estabilidade das

instituições públicas brasileiras”.

Segundo o presidente do CNJ, neste momento em que se encontra o processo democrático do Brasil, “o Poder Judiciário surge como fundamental para manter a paz social”.

No encerramento da campanha “Justiça pela Paz em Casa”, também durante o encontro, a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, defendeu a transformação do Judiciário, que, segundo ela, precisa se reinventar para atender de forma adequada a população. “Precisamos transformar o Poder Judiciário porque o mundo se transformou, o Brasil se transformou. Cabe a nós sairmos da zona de conforto e também nos transformarmos”, afirmou a ministra.

Carta de Belo Horizonte

- Exigir do Executivo estadual respeito às propostas orçamentárias do Judiciário e repasses integrais

- Reafirmar o compromisso da magistratura estadual com ações que assegurem a igualdade dos direitos e promovam a pacificação nos lares a exemplo a campanha “Justiça pela Paz em Casa”.

- Incentivar métodos consensuais

de soluções de litígios e desenvolver ações que venham a estreitar as relações dos TJs com o Superior Tribunal de Justiça.

- Estimular a adoção de audiência de custódia como instrumento de efetiva tutela dos direitos fundamentais do cidadão.

ESPECIAL

Qualidade nas decisões da 1ª Instância



O Poder Judiciário do Tocantins é o segundo do país com menor proporção de decisões da 1ª Instância reformadas pela 2ª Instância, o Tribunal de Justiça. Indicador de qualidade das decisões dos juízes das comarcas, o dado consta no relatório Justiça em Números, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E está publicado nas páginas 17 e 18 da obra “Novo CPC: fundamentos e sistematização” lançada no início de 2015 pela editora Forense, para ilustrar uma das mudanças trazidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC), sancionado no último dia 15 de abril: a fundamentação das decisões.

O livro mereceu citação do 1º tesoureiro da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (Asmeto), juiz Agenor Alexandre da Silva, que substituiu o desembargador Luiz Gadotti, em férias, durante uma sessão do Pleno do TJTO. A obra mostra que o novo CPC vai exigir do juiz a fundamentação estruturada, que era preceito constitucional, no artigo 93 da Constituição, mas que no novo código obriga o juiz a fazer a motivação estruturada (ementa e jurisprudências específicas).

“Ao falar disso, o livro ressalta como é bom o Judiciário de 1º Grau fundamentar bem suas decisões, o que evita recursos e, com os dados de todos os estados e o Distrito Federal no quesito reforma de decisões de 1º Grau, mostra que o Tocantins é o segundo, com 22,7% das decisões reformadas, ao passo que o primeiro estado é o Pará”, destaca o juiz.

“A estabilidade das decisões judiciais é muito importante para a sociedade”, completa, ao ressaltar a importância do indicador para o trabalho do juiz de 1º Grau. “Nosso trabalho é a entrega da tutela jurisdicional que cause lá no seio da sociedade uma efetividade, um resultado prático, útil, no momento em que se dá uma decisão e começam as reformas gera uma instabilidade”.

QUALIFICAÇÃO

Diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), órgão do TJTO, o desembargador Marco Villas Boas, relaciona o

indicador de reforma de decisões à qualificação dos magistrados do Tocantins. “O baixo índice de reforma de decisões pela 2ª Instância representa estabilidade jurisdicional, indica ausência de conflito de entendimento dentro do Judiciário tocantinense e também que as decisões dos magistrados de primeiro grau estão bem fundamentadas”.

O diretor considera que a tendência é melhorar o desempenho da Justiça com mais formação e qualificação. “A intensa atividade de formação e aperfeiçoamento dos magistrados certamente levará à excelência da prestação jurisdicional, resultando na garantia dos direitos fundamentais, melhoria nas execuções e tornando os processos mais baratos”.

Dados da Diretoria Executiva da Esmat mostram que 57% dos 120 magistrados do Poder Judiciário do Tocantins já passaram pelos cursos de pós-graduação e mestrado ofertados pela instituição.

Desse percentual, 33% se referem a quatro turmas nos dois cursos de mestrado implantados pela entidade. Um, é o Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, desenvolvido na Esmat, com participação de 26 magistrados. O outro, em convênio com a Escola de Magistratura de Pernambuco e a Faculdade de Direito de Coimbra, no qual estudaram 13 magistrados.

Outros 24% do total de juízes tocantinenses cursaram ou cursam as pós-graduações oferecidas pela Esmat. Os cursos são Criminologia; Criminologia e Ciências Criminais; Direito Público; Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e Teoria da Decisão Judicial.

A Esmat registra ainda a participação de 287 magistrados nos 20 cursos de capacitação da entidade. Como é possível participar em mais de um curso, o quantitativo de juízes capacitados supera o de magistrado em atividade. “É um trabalho árduo, mas a qualidade das sentenças de primeiro grau já é visivelmente melhor do que há quatro anos”, avalia o diretor da Esmat.

“O desafio agora é agir firmemente para diminuir a sobrecarga

de processos para garantir mais celeridade nas decisões”,

complementa o desembargador Marco Villas Boas.



Para o juiz Agenor a estabilidade das decisões é importante para a sociedade



Desembargador Marco vê ausência de conflitos no Judiciário do Tocantins

Percentual de reforma de decisões de 1º Grau

8,20%
Pará

22,70%
Tocantins

24,90%
Espírito Santo

Fonte: Novo CPC Fundamentos e Sistematização (Ed. Forense), pgs. 17/18

Formação	Total	%
Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	26	22 %
Mestrado Convênio Esmat/Lisboa	13	11 %
Pós-Graduação em Criminologia	6	5 %
Pós-Graduação em Criminologia e Ciências Criminais	4	3 %
Pós-Graduação em Direito Público	2	2 %
Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos e Ciências Criminais	12	10 %
Pós-Graduação em Teoria da Decisão Judicial	5	4 %
Total de juízes qualificados	68	57 %
Total de juízes em atividade	120	100 %

Fonte: Esmat - Formação e Capacitação de Magistrados

Ouvidora busca boas práticas no CNJ e TJDF

Aouvidora judiciária do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente, e a equipe técnica fizeram visitas técnicas às ouvidorias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em busca de boas práticas no setor.

A visita serviu para conhecer o funcionamento dos sistemas utilizados pelas instituições e buscar boas iniciativas, que possam ser aplicadas no Tocantins. "Estamos satisfeitos com o que nos foi apresentado. Foram muito gratificantes e proveitosas as visitas técnicas, podemos conhecer novas práticas que certamente contribuirão para o aprimoramento da Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins", ressaltou a ouvidora.

No CNJ, a equipe tocantinense foi recebida pelo ouvidor-chefe, conselheiro Fabiano Silveira, pelo chefe de gabinete Ronaldo Araújo Pedron e pelo servidor Hubner Alessandro Santos Rocha, responsáveis pela apresentação do funcionamento da Ouvidoria. Já no TJDF o encontro foi com o ouvidor, desembargador Hermenegildo Gonçalves, e com a coordenadora da Ouvidoria Geral, Ana Cristina Pupe.

Ouvidoria do TJTO

0800-6444334

E-mail: ouvidoria@tjto.jus.br

Cartas: Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Tocantins - Palácio da Justiça Rio Tocantins - Praça dos Girassóis, s/nº - Centro - CEP: 77.015-007 - Palmas - TO



Corregedor geral, Lamounier explica o sistema durante lançamento do Selo

Selo Digital para certificar atos de cartórios é lançado pela Corregedoria

Certificação dos atos cartoriais passou a ser de forma eletrônica a partir de abril, quando a ferramenta entrou em funcionamento no Cartório Moromizato em Palmas

Lançado pela Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins, no dia 30 de março, o Selo Digital de Fiscalização e Certificação dos Atos dos Registradores e Notários do Serviço Extrajudicial do Estado do Tocantins entrou em funcionamento no mês de abril, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos de Palmas (Cartório Moromizato). Segundo a Corregedoria Geral, em breve o selo será implantado em todas as Serventias Extrajudiciais do Estado.

O lançamento ocorreu em reunião na sede da Corregedoria, em Palmas, coordenada pelo corregedor geral, desembargador Eurípedes Lamounier. A inovação trará mais comodidade, rapidez e segurança nas operações feitas nos Cartórios Extrajudiciais do Tocantins. Com o uso da tecnologia, a certificação dos atos cartoriais passa a ser eletrônica e dispensa o uso do método antigo de selo físico. "A grande vantagem do Selo Digital é a transparência, a agilidade e a segurança para o usuário do sistema", afirmou o corregedor, em discurso na solenidade de lançamento.

Para o presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, a implantação do selo "é mais um importante passo dado pelo Poder Judiciário tocantinense em busca de melhor prestação de serviço aos jurisdicionados".

De acordo com a Corregedoria, com a implantação do Selo Digital, o órgão pretende aprimorar os recursos de certificação dos atos dos Notários e Registradores do Serviço Extrajudicial do Estado do Tocantins. Outro objetivo é propiciar ao cidadão maior comodidade, rapidez e segurança nas operações feitas nos Cartórios Extrajudiciais do Tocantins, além de garantir maior efetividade à Corregedoria Geral da Justiça para o desempenho da fiscalização das atividades dos Cartórios Extrajudiciais.

SMARTPHONE

A ferramenta do Selo Digital está disponível para uso em smartphones ou tablets que usam o sistema Android e pode ser baixado na loja do Google Play. Uma vez instalado, o aplicativo permite consultar a autenticidade de atos, visualizar endereços, telefones e e-mails de cartórios e esclarecer dúvidas. O aplicativo também sincroniza com

o GPS do aparelho indicando uma rota para o cartório desejado.

SERVIÇO

Para conhecer e saber como funciona essa inovação acesse o link <http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/selodigital>.

Link para baixar o aplicativo: <https://play.google.com/store/apps/details?id=gov.br.to.tj.SeloDigital>

Cartório habilitado: **Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos de Palmas/TO**

Oficial/Titular: **Geraldo Henrique Moromizato**

Ato de Nomeação: **Decreto nº 212 Data 24/03/2006**
Diário 1472 Data 27/03/2006

Endereço: **QUADRA 108 SUL, AVENIDA LO 3, LOTE 24 PLANO DIRETOR SUL-CENTRO CEP:77020098**

Telefone Institucional: **(63) 3215-9900**

Email Institucional: protesto.palmas@hotmail.com

Email Institucional: protesto@cartoriomoromizato.com.br

Revista Esmat abre chamada de artigos

Está aberta até o dia 30 de abril de 2015 a chamada de artigos da Comissão Editorial da Revista Esmat, periódico semestral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Os artigos serão avaliados para publicação na 8ª e 9ª edição do periódico que recebe os trabalhos pelo endereço eletrônico revistaesmat@tjto.jus.br.

Conforme o edital, todos os trabalhos apresentados, mesmo os que não forem direcionados para esta chamada de artigos, serão avaliados e considerados para publicação nas próximas. Cada autor do artigo selecionado fará jus a dois exemplares da edição da Revista Esmat com seu texto publicado.

Os artigos submetidos serão avaliados inicialmente pelo Conselho Editorial se estão adequados à linha editorial da revista. Caso não cumpram os requisitos, serão devolvidos aos autores para as modificações necessárias. Depois, serão remetidos para análise de pareceristas.

Entre os critérios para análise está o que exige textos inéditos, tratar de qualquer área do Direito, pautar-se por uma visão crítica do tema abordado e não conter qualquer tipo de ofensa ou discriminação a pessoas ou ideologias. Quanto às regras técnicas, a revista exige textos com o mínimo de 10 e o máximo de 25 páginas, incluindo o texto e as referências bibliográficas.

Conforme as regras, os trabalhos podem ser submetidos em qualquer período do ano, por meio do e-mail da revista e serão avaliados e considerados para publicação ulterior.

Etelvina Sampaio é escolhida para a Corte do Judiciário

Juíza Etelvina faz juramento na posse



A juíza Etelvina Maria Sampaio Felipe foi escolhida desembargadora em eleição em lista tríplice, pelo critério de merecimento, em sessão do Tribunal Pleno, no dia 5 de março. A magistrada tomou posse minutos após a escolha.

A nova desembargadora assume a vaga deixada após a aposentadoria, por idade, do desembargador Liberato Póvoa. Concorreram à vaga 13 juízes. Os mais votados integraram a lista tríplice formada por Etelvina Sampaio Felipe, Pedro Nelson de Miranda Coutinho e Célia Regina Régis.

Ao integrar a Corte a nova desembargadora falou da honra em assumir o cargo no Tribunal de Justiça do Tocantins. “É uma coroação de 25 anos de magistratura. Minha vontade é de somar esforços para uma boa prestação jurisdicional. A magistratura tem um papel social de cuidar do jurisdicionado e ofertar uma prestação cada vez mais célere e efetiva. O Tribunal de Justiça já é reconhecido no cenário nacional por ser célere e moderno e queremos contribuir para que sigamos cumprindo essa missão”.

O presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, deu as boas-vindas e ressaltou a vasta experiência e comprometimento da nova desembargadora. “É uma magistrada de primeira grandeza, que honra o quadro de magistrados do Tocantins. A Corte ganha muito com a vinda da doutora Etelvina, tranquila, coerente, e acima de tudo dedicada ao estudo da boa aplicação da justiça, que deve ser a busca incessante de todo magistrado”.

Etelvina Maria Sampaio Felipe possui 25 anos de Judiciário tocantinense, ingressando no primeiro concurso para juízes, tomando posse em 13/11/1989. É formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1982). Pós-graduada em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Goiás e em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense - Esmat. É mestrandando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Esmat. Antes da posse como desembargadora atuava no cargo de juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça e era titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Colinas do Tocantins.

TJTO eleva juiz João Rigo ao cargo de desembargador

Juramento de posse do juiz em sessão no Pleno



A Corte do Tribunal de Justiça do Tocantins elegeu, por unanimidade, o juiz João Rigo Guimarães ao cargo de desembargador pelo critério de antiguidade. A votação ocorreu durante sessão do Tribunal Pleno, no dia 16 de abril. Ele ocupa a vaga do desembargador Daniel Negry, aposentado em 2014, por idade.

A posse ocorreu em sessão presidida pelo desembargador Ronaldo Eurípedes. “Como grande juiz, pai de família é um exemplo para todos nós. A sociedade precisa de homens da grandeza do senhor”, afirmou o presidente do TJTO.

O desembargador Marco Villas Boas lembrou a trajetória do juiz. “A sua história como juiz sempre transcendeu os limites estritos da legalidade, dos gabinetes e acervos bibliográficos. A vinda de um juiz desse quilate aumenta para a Corte do Judiciário tocantinense o diálogo com a sociedade.”

Ao discursar na posse, o desembargador João Rigo Guimarães agradeceu a presença de amigos e familiares. “Meus olhos estão cheios de alegria e meu coração batendo um pouco mais

apressado ao vê-los todos aqui. Vou procurar no exercício da minha profissão dar o melhor e continuar contribuindo com a excelência na prestação jurisdicional no Tocantins”.

A posse foi prestigiada por várias autoridades estaduais, entre elas a vice-governadora Cláudia Lélis, além de políticos e representantes do município de Araguaína, comarca onde o desembargador atuava como juiz.

João Rigo Guimarães nasceu em Pirenópolis (GO) em 1950. Formado em Direito pela Faculdade Católica de Goiás em 1979 tomou posse como juiz substituto por decreto do Governo do Tocantins em 1989. Em Araguaína, respondeu pela 1ª Vara Cível da Comarca e Juizado de Pequenas Causas. Passou a juiz titular em 1991 na Comarca de 1ª Entrância de Miranorte. Em 1992, foi promovido para a Comarca de 2ª Entrância de Taguatinga e para a Comarca de 3ª Entrância de Paraíso. Um ano depois, foi removido para a 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Araguaína, onde atuou até agosto de 2014 quando passou a atuar no Tribunal de Justiça, após convocação para a vaga do desembargador Daniel Negry, que se aposentou.

Surdo-mudo é solto por falta de interrogatório

Detido ao furtar R\$ 3.400,00 em uma residência no Jardim Taquari, na capital, um surdo-mudo teve a prisão em flagrante anulada pelo juiz Océlio Nobre, que estava em plantão na 3ª Vara Criminal de Palmas, no dia 5 de abril. O juiz ponderou que o delegado de polícia não interrogou o acusado. Assim um dos requisitos para o auto de prisão em flagrante fixados no artigo 304 do Código de Processo Penal deixou de ser cumprido, justificando a soltura.

O juiz criticou a falta de estrutura para colher o depoimento. “Há, no flagrante, informação de que o autuado é mudo e surdo, circunstância que, por certo, dificultaria seu interrogatório. Mas este fato não foi relatado no documento de informação como a causa da ausência de seu interrogatório e, ainda que fosse, é necessário que o Estado, através da autoridade policial, esclareça porque uma pessoa portadora de necessidades especiais não foi interrogada numa prisão em flagrante ou não lhe foi fornecido interprete”, observou, ao relaxar a prisão por considerá-la ilegal.

“Se ele não conseguiu ser interrogado, imaginem o que este cidadão vai passar no interior de uma cela, com inúmeros outros detentos, sem que possa se manifestar quanto a qualquer problema, não podendo acionar familiares, advogado, amigos ou mesmo a direção da carceragem”, registrou. Segundo a legislação, em caso de surdo-mudo que não saiba ler ou escrever o Estado deve fornecer um intérprete habilitado.

O acusado foi detido por vizinhos após arrombar a janela da residência da vítima e furtar o dinheiro. Ele foi solto no dia 6 de abril.

O guardião do Pleno

Foi por capricho do pai, o fotógrafo Manoel Gomes de Lima, que o Pedrosegundense Wagne Alves de Lima trocou a cidade natal pela capital Teresina, aos 18 anos. A cidade seguiu Wagne até a conclusão do ensino médio no Colégio Corujão. Seguiu depois para a Capital Federal onde laborou na limpeza noturna do Shopping Conjunto Nacional. Cumpriu a função por 365 dias, tempo suficiente para se aproximar do recém-criado Estado do Tocantins influenciado por um dos irmãos que se mudara para Palmas por uma atrativa força: a aprovação em concurso para técnico do Tribunal Regional Eleitoral.



Wagne ingressou no Tribunal de Justiça do Tocantins com a posse no cargo de assistente administrativo (atual técnico judiciário) no dia 1º de março de 1999. Os processos eram físicos e o andamento era anotado em fichas de papel. De informatização existia no TJTO apenas um sistema conhecido como Sistema de Acompanhamento de Processo (Sicap). Ter participado da equipe que migrou todas as informações das fichas para este sistema, um trabalho árduo, mas de valia para o TJTO, é uma das memórias orgulhosas de Wagne.

Lotado na então única Câmara Cível (atual 1ª Câmara Cível) sua tarefa era cumprir os atos emanados das decisões, os despachos dos desembargadores

e registrar toda a tramitação em fichas, entre outras. No segundo semestre de 2004 passou a atuar na secretaria do Pleno como técnico judiciário. Em 2008, a titular da Secretaria do Tribunal Pleno recebeu e aceitou um convite para trabalhar em gabinete de desembargador. Ao deixar o posto, sugeriu ao presidente do TJTO, o desembargador Daniel Negry, que nomeasse Wagne para o cargo. Além dos conhecimentos que acumulara ao lado da titular, Wagne preenchia os requisitos para o cargo, inclusive o curso de Direito, que ele conquistara um ano antes, na Universidade Federal do Tocantins, com a defesa de monografia sobre direito de posse de concurreis do quadro reserva. “Na época um professor até pediu para eu publicar um artigo em revista jurídica, mas eu não publiquei. Logo, um ano

depois da defesa de monografia, a mesma tese foi exposta pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça e hoje é matéria pacificada na corte”, relembra. Wagne cita o caso para revelar a paixão pela área de Direito Constitucional, ramo no qual pretende atuar quando deixar o serviço público.

Enquanto o futuro está a caminho Wagne elenca como principal do desafio do posto de “guardião do Pleno”: “É mexer com pessoas, controlar uma equipe de trabalho que não fique em conflito entre si”, destaca o secretário do Pleno desde dezembro de 2008. “Tenho prazer no serviço que faço. Faço porque gosto”, assevera.

Wagne garante não encontrar dificuldades para o cargo. Presta

Wagne Alves de Lima, piauiense, é o secretário do Tribunal Pleno desde dezembro de 2008

seus melhores serviços ao assessorar os desembargadores e ao atender os advogados, entre outras atribuições que exigem jogo de cintura na incumbência de organizar o desenrolar dos julgamentos e evitar interrupções ou outros entraves.

Nesses anos no serviço público, Wagne considera o processo eletrônico como um dos principais avanços do Judiciário tocantinense. “Nós ganhamos muito em celeridade. Antigamente como era preciso dar carga ao advogado, aos membros do Ministério Público, o processo demorava muito mais tempo para ser julgado; hoje se cumpre o prazo da lei”. Wagne defende que o processo eletrônico facilitou a prestação de serviços judiciais ao público externo e também a quem pratica a advocacia, carreira que pretende seguir ao se aposentar. “Amo o serviço que faço e a minha pretensão é, no dia que me aposentar, não deixar a carreira jurídica, quero seguir a carreira de advogado”.



Tribunal de Justiça

Des. RONALDO EURÍPEDES (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Vice-presidente)
Des. EURÍPEDES LAMOUNIER (Corregedor geral)
Des. MAYSA VENDRAMINI ROSAL (Vice-corregedora)
Des. ÂNGELA PRUDENTE (Ouvidora)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. MARCO VILLAS BOAS
Des. JACQUELINE ADORNO
Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO
Des. ETELWINA MARIA SAMPAIO FELIPE
Des. JOÃO RIGO GUIMARÃES

Juíza Convocada

Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS

Juízes Auxiliares da Presidência

Juiz ESMAR CUSTÓDIO VÊNIO FILHO
Juiz RONICLAY ALVES DE MORAIS

Diretoria do Centro de Comunicação Social

Fone: (63) 3218-4437
E-mail: tjtoascom@gmail.com
imprensa@tjto.jus.br

Vanusa Bastos
Diretora

O Judiciário

Lailton Costa
Redação e Edição

Luiz Pires
Kézia Reis
Textos

Rondinelli Ribeiro
Ednan Cavalcanti
Fotografia

Igor Matuoca
Direção de Arte, Projeto Gráfico e Editoração

Abelson Ribeiro
Publicidade

Mara Roberta de Souza
Revisão

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Palácio Rio Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO - 77015-007

Fone: (63) 3218-4300

www.tjto.jus.br

[@tjtocantins](https://twitter.com/tjtocantins)

[TJTocantins](https://www.facebook.com/TJTocantins)

Edição: 001/2015

Tiragem: Mil exemplares

Selo Digital de Fiscalização

Tecnologia que facilita sua vida.

Disponível no Tocantins a partir de abril de 2015.

SELO DIGITAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS